

O Conselho de Segurança da ONU decidiu analisar o pedido do Governo moçambicano e da Renamo sobre a fiscalização da actividade da Polícia pelas Nações Unidas, na resolução que aprovou recentemente por unanimidade em Nova Iorque.

O Governo e Renamo acordaram a 3 de Setembro, na Cimeira Chissano/Dhlakama em Maputo, pedir o envio de um contingente da ONU que fiscalize a acção da Polícia durante o período de transição até à realização de eleições em Outubro de 1994.

A Resolução 863 do Conselho de Segurança, divulgada terça-feira em Maputo, pede ao secretário-geral da ONU que «exa-

Envio de contingente para fiscalizar actividades da Polícia em estudo pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas

Séc. Jb. 2019/93

mine rapidamente a proposta» do Governo e da Renamo e «saúda a intenção» de Butros Ghali de enviar uma equipa de peritos para estudar o envio do contingente policial da ONU.

O representante especial das Nações Unidas para Moçambique, Aldo Ajello, indicara que uma equipa de peritos da ONU iria a Moçambique para preparar o envio do contingente.

Ajello acrescentou que a equipa da ONU vai ficar naquele País entre 10 a 15

dias a fazer uma avaliação da situação.

O principal problema relativo à deslocação do contingente policial diz respeito ao número dos seus efectivos, numa altura em que a ONU já tem em Moçambique 6.004 homens da sua força de paz e 303 observadores militares.

O representante da ONU já por diversas vezes declarou que o contingente da ONU que vai controlar a Polícia será mais numeroso do que os 128 efectivos previstos num relatório

apresentado em Dezembro de 1992 ao Conselho de Segurança, mas muito inferior aos três a cinco mil homens pedidos pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

A resolução do Conselho de Segurança expressa em particular a preocupação da ONU pelos «contínuos adiamentos na implementação dos aspectos principais do Acordo Geral de Paz».

O documento «sublinha uma vez mais a urgente necessidade de iniciar o mais cedo possível o processo

de acantonamento e desmobilização de tropas e a sua continuação de acordo com o calendário revisto (do processo de paz) sem pré-condições.

O Conselho de Segurança «deplora a falta de progressos na conferência consultiva multipartidária» sobre a Lei Eleitoral.

A reunião está mais de um mês completamente bloqueada na questão da composição da Comissão Nacional de Eleições, por divergências entre o Governo e partidos da oposição, entre os quais a Renamo.

O Governo já manifestou a sua disposição de iniciar de imediato o acantonamento, mas a Renamo faz depender o seu início do sucesso do mecanismo de integração das zonas que controla na administração estatal, mediante a nomea-

ção de assessores seus nos governos provinciais, conforme o acordo de 3 de Setembro.

A mesma resolução sublinha, no entanto, num considerando dirigido especialmente à Renamo, serem «inaceitáveis as tentativas de colocar condições ao processo de paz, em particular ao acantonamento e desmobilização de tropas, ou ganhar mais tempo ou mais concessões».

Um total de 49 áreas de acantonamento estão previstas, das quais 35 já foram aprovadas pela Comissão de Cessar-Fogo (CCF), mas apenas 21 estão preparadas para acolher os soldados de ambos os lados.

O acantonamento deve começar este mês e estar finalizado um mês depois,

de acordo com o calendário revisto do processo de paz que consta do relatório de Butros Ghali com data de 30 de Agosto, apresentado ao Conselho de Segurança.

A desmobilização das tropas deve iniciar-se em Outubro e estar realizada em 50 por cento até Janeiro de 1994 e terminada em Maio próximo.

Simultaneamente, o novo Exército, cuja formação já se iniciou em Nyanga, Zimbabué, no começo de Agosto com o treino dos futuros instrutores, deverá ter metade dos seus 30 mil efectivos (15 mil do Governo e 15 da Renamo) operacionais em Maio e todo o processo deve estar concluído em Setembro de 1994.

As operações de recenseamento eleitoral deverão começar em Abril, altura em que a ONU supõe que os refugiados moçambicanos já terão completado o seu regresso ao País, e estar completado em Junho próximo, para que as eleições decorram em Outubro seguinte.